

HISTÓRIA DA 5 VIDA PRIVADA

Da Primeira Guerra a nossos dias

Organização

Antoine Prost

Gérard Vincent

Tradução

Denise Bottmann

Dorothee de Bruchard (posfácio)

1ª reimpressão



Copyright © 1987 by Éditions du Seuil

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Histoire de la vie privée — Vol. 5: De la Première Guerre mondiale à nos jours

Na versão de bolso, foram suprimidas imagens que constam na primeira edição da série, que vem sendo publicada pela Companhia das Letras desde 1989.

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Cláudia Abeling

Revisão

Adriana Moretto

Renato Potenza Rodrigues

Índice remissivo

Juliane Kaori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da vida privada, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias / organização Antoine Prost, Gérard Vincent; tradução Denise Bottmann; Dorothee de Bruchard, posfácio. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Título original: Histoire de la vie privée — vol. 5: De la Première Guerre mondiale à nos jours.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-1437-5

1. Europa — Civilização 2. Europa — História 3. Europa — Usos e costumes I. Prost, Antoine. II. Vincent, Gérard. III. Bruchard, Dorothee de.

09-02437

CDD- 940.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Europa: Vida privada: Civilização: História 940.1

2009

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

SUMÁRIO

- A dificuldade de escolha — *Gérard Vincent*, 7
1. FRONTEIRAS E ESPAÇOS DO PRIVADO — *Antoine Prost*, 13
O trabalho, 18
A família e o indivíduo, 53
Transições e interferências, 99
2. UMA HISTÓRIA DO SEGREDO? — *Gérard Vincent*, 137
Segredos da história e história do segredo, 138
Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma
identitário, 179
Segredos de família, 223
O corpo e o enigma sexual, 282
3. AS DIVERSIDADES CULTURAIS, 365
Os católicos: o imaginário e o pecado — *Gérard Vincent*, 366
Ser comunista? Uma maneira de ser — *Gérard Vincent*, 398
Ser judeu na França — *Perrine Simon-Nabum*, 428
Ser imigrante na França — *Rémi Leveau e Dominique
Schnapper*, 455
4. MODELOS ESTRANGEIROS, 487
Uma vida privada francesa segundo o modelo americano —
Sophie Body-Gendrot, 488
Um modelo de transparência: a sociedade sueca — *Kristina
Orfali*, 536

Posfácio — *Gérard Vincent*, 567

Bibliografia, 611

Índice remissivo, 623

1
FRONTEIRAS E
ESPAÇOS PRIVADOS

Antoine Prost

A vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas. Não existe uma vida privada de limites definidos para sempre, e sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera privada e a esfera pública. A vida privada só tem sentido em relação à vida pública, e sua história é, em primeiro lugar, a história de sua definição: como evoluiu a distinção entre vida privada e vida pública na sociedade francesa do século XX? Como o domínio da vida privada variou em seu conteúdo e abrangência? Assim, a história da vida privada começa pela história de suas fronteiras.

A questão é tanto mais importante na medida em que não é certo que a distinção vida privada/vida pública tenha o mesmo sentido em todos os meios sociais. Para a burguesia da Belle Époque, não há nenhuma dúvida: o “muro da vida privada” separa claramente dois domínios. Por trás desse muro protetor, a vida privada e a família coincidem com bastante exatidão. Esse domínio abrange as fortunas, a saúde, os costumes, a religião: se os pais que querem casar os filhos consultam o notário ou o pároco para “tomar informações” sobre a família de um eventual pretendente, é porque a família oculta cuidadosamente ao público o tio fracassado, a irmã tísica, o irmão de costumes dissolutos e o montante das rendas. E Jaurès, respondendo a um deputado socialista que lhe censurava a comunhão solene da filha: “Meu caro colega, você sem dúvida faz o que quer de sua mulher, eu não”, marcava com grande precisão a fronteira entre sua existência de homem público e sua vida privada.

Essa separação era organizada por uma densa teia de prescrições. A baronesa Staffe, por exemplo, enumera-as em deta-

lhe: “Quanto menos relações mantemos com a vizinhança, mais merecemos a estima e a consideração dos que nos cercam...”, “no trem ou em qualquer outro local público, as pessoas bem-educadas jamais travam conversa com desconhecidos...”, “não devemos falar de assuntos íntimos com os parentes ou amigos que viajam conosco na presença de desconhecidos”.¹ O apartamento ou a casa burguesa, aliás, se caracterizam por uma nítida diferença entre as salas para as visitas e os demais aposentos. De um lado, o que a família mostra de si, o que pode vir a público, o que ela julga “apresentável”; de outro, o que ela conserva ao abrigo de olhares indiscretos. O lugar da família propriamente dita não é no salão: as crianças não entram no aposento quando há visitas e, como explica a baronesa Staffe, as fotos de família ficariam deslocadas nesse recinto. Ademais, as salas de visitas não são abertas a todos. Se toda dama da boa sociedade tem seu “dia” de receber — em 1907, são 178 em Nevers² —, a visita à esposa de um figurão supõe uma apresentação prévia. As salas de recepção estabelecem, portanto, um espaço de transição entre a vida privada propriamente dita e a existência pública.

Se a vida privada constitui, assim, um domínio claramente delimitado para a burguesia da Belle Époque, não ocorre necessariamente o mesmo nos outros meios sociais. As condições de vida dos camponeses, dos operários ou das camadas mais baixas das cidades não lhes permitiam abrigar de olhares estranhos uma parte de sua vida, que é justamente o que faz com que ela se torne “privada”. Sigamos, por exemplo, Jean-Paul Sartre num passeio pelas ruas populares de Nápoles:³

O andar térreo de cada casa é dividido numa infinidade de pequenos cômodos que dão diretamente para a rua, e cada um desses pequenos cômodos abriga uma família. [...] Os cômodos servem para tudo, e lá eles dormem, comem e trabalham em seus ofícios. Apenas [...] a rua atrai as pessoas. Elas saem, por economia, para não precisar acender as lâmpadas, para tomar a fresca e também, creio eu, por humanismo, para se sentir participando do bulício com os demais.

Põem cadeiras e mesas na rua ou encavalitadas na soleira do quarto, meio para dentro, meio para fora, e é nesse mundo intermediário que realizam os principais atos de sua vida. A tal ponto que já não existe mais o interior nem o exterior, e a rua é o prolongamento do quarto; enchem-na com seus odores íntimos e seus móveis. E com sua história também. [...] E o exterior está ligado ao interior de uma maneira orgânica. [...] Ontem, vi um pai e uma mãe que jantavam do lado de fora, mas, dentro, o bebê dormia num berço perto da cama de casal dos pais e, numa outra mesa, a filha mais velha fazia seus deveres, à luz de uma lâmpada a querosene. [...] Quando uma mulher adocece e fica na cama durante o dia, isso é às claras e todos podem olhá-la [...].

É evidente que a vida privada não tem o mesmo sentido nem o mesmo conteúdo para o povo napolitano e para os burgueses franceses da Belle Époque.

Pode-se, certamente, refutar tal comparação. As tradições culturais são diversas, e essa interpenetração do interior e do exterior, ilustrada pelas ruas de Nápoles, pode ser vista como traço de uma cultura mediterrânea que poderia se encontrar nas cidades, pequenas ou grandes, do Sul da França. Nem por isso: as moradias de Roubaix, os bairros da região mineira, os imóveis da Croix-Rousse ou as vilas de Berry ou da Lorena praticamente não permitiam que seus habitantes erguessem uma parede entre sua vida privada e os olhares dos vizinhos; toda a existência deles transcorria de forma mais ou menos aberta para a coletividade. Num certo sentido, ter uma vida privada era um privilégio de classe: o de uma burguesia folgada que, em muitos casos, vivia de rendas. Por força das circunstâncias, as classes trabalhadoras conheciam formas variadas de interpenetração de sua vida privada e de sua vida pública; as duas não se diferenciavam de todo. Nesta perspectiva, o século XX veria se generalizar lentamente em toda a população uma forma de organização da vida com dois domínios opostos e claramente distintos: o público

e o privado. A história da vida privada seria, então, a história de sua democratização.

Mas que não se entenda essa democratização de maneira mecânica e simplista. A vida privada a que acedem os operários ou os agricultores do final do século XX não é a mesma dos burgueses do início do século. O que, ao mesmo tempo, se constitui fora dessa vida privada enfim conquistada, e que se pode dizer público, é regido por normas novas. A maior diferenciação entre o privado e o público no conjunto da sociedade modifica tanto a vida pública quanto a vida privada. Ambas já não se desenrolam da mesma maneira, nem segundo as mesmas regras. Enquanto suas fronteiras se deslocam e se definem com maior precisão, simultaneamente sua substância se transforma.

Isso significa uma história complexa que deve captar como a vida privada se constitui e se erige sobre uma existência largamente coletiva e, ao mesmo tempo, como ela se organiza no interior de suas fronteiras. Programa, na verdade, tanto menos factível na medida em que, além disso, deve-se levar em conta as diferenças relativas aos meios sociais e às tradições culturais. Aqui, portanto, não pretendemos realizar essa tarefa impossível. Já nos sentiríamos satisfeitos em destacar os grandes eixos dessa evolução, em colocar os principais problemas, em esboçar os matizes mais importantes, esperando que trabalhos menos ambiciosos, mas mais precisos, venham a verificar ou alterar nossas hipóteses.

NOTAS

1. Baronesa Staffe, *Usages du monde. Règles du savoir-vivre dans la société moderne*, Paris, Victor-Harvard, 1893, pp. 342, 317 e 320.

2. G. Thuillier, *Pour une histoire du quotidien*, Paris, Mouton, 1977, p. 178.

3. J.-P. Sartre, *Lettres au Castor et à quelques autres*, Paris, Gallimard, 1983, vol. I, p. 79.

O TRABALHO

A primeira grande evolução do século XX diz respeito ao trabalho. Ele emigra globalmente da esfera privada e ingressa na esfera pública.

Trata-se de um duplo movimento. Em primeiro lugar, um movimento de separação e especialização dos espaços: os locais de trabalho já não são mais os da vida doméstica. Mas essa diferenciação dos locais vem acompanhada por uma diferenciação das normas: o universo doméstico se liberta de regras anteriormente ligadas ao trabalho que ali se realizava, ao passo que o mundo do trabalho passa a ser regido, não mais por normas de ordem privada, e sim por contratos coletivos.

A ESPECIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Não se tem dado atenção suficiente aos locais de trabalho. No começo do século XX, porém, havia uma grande diferença entre trabalhar na própria casa ou na casa dos outros. O ideal, para uma jovem, é ficar na casa dos pais sem trabalhar. Se precisar, o melhor é que trabalhe permanecendo na casa dos pais, por exemplo, costurando por encomenda. É somente nas camadas mais baixas da escala social que uma jovem vai trabalhar fora: na fábrica, na oficina ou na casa de um particular, como doméstica.¹

Ora, no começo do século, quase dois terços e certamente mais da metade dos franceses trabalhavam em casa. No final do século, pelo contrário, quase todos os franceses trabalham fora. É uma transformação decisiva.

A RETRAÇÃO DO TRABALHO EM CASA

No começo do século XX, trabalhar em casa corresponde a duas situações distintas, ainda que exista uma gama de situações intermediárias e seja fácil a transição entre elas. Pode-se trabalhar em casa, mas para outra pessoa: é a situação dos trabalhadores em domicílio. Mas pode-se também trabalhar por conta própria, no caso dos trabalhadores independentes. Ora, sob essas duas formas, o trabalho em casa sofre uma retração inexorável ao longo do século.

Os operários em domicílio

É muito difícil calcular o número daqueles que trabalham em casa. Mas, no começo do século, totalizam vários milhões. Os recenseamentos da época registram os chamados “isolados”: em 1906, somam 1,502 milhão. Entre eles, sem dúvida, incluem-se diaristas ou jornaleiros sem empregador fixo, que deixam o domicílio para ir trabalhar ora na casa de um, ora na casa de outro. A maioria, porém, trabalha em casa. No setor têxtil, de vestuário, calçados e luvas, mas também em outros setores, como fabricação de óculos, joias etc., os comerciantes fornecem o material para numerosos operários — e operárias —, que trabalham em domicílio. Ora são eles que levam a matéria-prima ou o material para acabamento, e vão buscar o serviço pronto; ora é o operário que vai buscar o trabalho na casa do comerciante, e depois entrega o produto acabado. Nos dois casos, o operário recebe por tarefa.

A situação dos operários em domicílio é muito diversificada. De modo geral, são extremamente mal remunerados, e ganham menos do que os operários de fábrica. Precisam trabalhar desde o amanhecer até altas horas da noite, para sobreviver de maneira miserável. A família de Mémé Santerre² nos oferece um exemplo extremo. Na verdade, esses tecelões de Santerre constituem resquícios de um modelo econômico anterior, pois às vésperas de 1914 a tecelagem fabril já é um fenômeno generalizado. Aliás, eles só trabalham em seus teares nos seis meses

de inverno; na primavera, vão se empregar numa fazenda de Seine-Inférieure, de onde retornam no outono com ganhos que lhes permitem saldar as dívidas contraídas durante o inverno: trabalhar como empregado na casa dos outros dá mais dinheiro do que ser tecelão na própria casa. De nada lhes vale possuir o tear e a habilidade: a tecelagem já não lhes permite viver. No entanto, eles se impõem condições terríveis de vida e de trabalho: levantando às quatro da manhã, o pai e os filhos descem ao porão, para seus teares; a mãe prepara as tramas, e os teares zumbem até as dez da noite — quinze horas de trabalho efetivo, na umidade e amiúde à luz de velas. Fazem um intervalo de manhã para uma xícara de café de chicória com pão, uma sopa ao meio-dia e outra no final da tarde. Aos domingos, como católicos fervorosos, eles vão à missa, mas trabalham durante o resto do dia. Trabalham até no dia do casamento de Catherine Santerre, e podemos ter uma ideia da pobreza deles ao saber que esse dia tão festivo foi comemorado com costeletas de carneiro, à guisa de banquete...

Ao lado desses casos miseráveis, é verdade que se encontram situações bastante favoráveis. Por exemplo, os confeccionadores de luvas que trabalham em domicílio, em Millau, constituem uma aristocracia operária nos anos 1920; mas a luva de Millau, nessa época, é um artigo de luxo, frente à qual a produção industrial de luvas de Grenoble já não constitui concorrência. Na maioria das vezes, porém, os operários que executam seus ofícios em casa vivem muito mal e trabalham duro: esta é uma das razões de seu gradual desaparecimento.

Do ponto de vista que aqui nos interessa, o da vida privada, podemos fazer várias perguntas. Onde situar a vida privada de Catherine Santerre? No barranco da estrada, perto de casa, onde tem alguns encontros rápidos com seu namorado e futuro marido? Na cama onde dorme, esgotada de cansaço? Na frente de seu tear? O trabalho, sem dúvida, está totalmente integrado à esfera privada, mas ele a absorve inteiramente: a vida e o trabalho se confundem. E, no caso dos tecelões, o próprio espaço doméstico se subdivide: o trabalho é realizado num local à parte,

o porão, e a vida material num outro local, no térreo. Eles não trabalham no mesmo lugar onde comem e dormem. Na maioria das vezes, a mescla entre o trabalho e a vida doméstica se traduz pela indiferenciação do espaço. Léon Frapié, em *La maternelle* [O jardim-de-infância], ironiza os preceitos da escola maternal: “Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar”, e ele apresenta uma costureira do XX arrondissement que trabalha em casa e tem de limpar a mesa de refeições para começar a costurar ou para permitir que o garoto faça suas lições de casa.³ A exiguidade da moradia popular é tal, tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX, que raramente permite reservar uma mesa ou um local específico para o trabalho.

O fato de o trabalho ser feito em casa gera uma relativa abertura do espaço doméstico aos estranhos. A costureira às vezes recebe seus fregueses; o tecelão e o confeccionador de luvas abrem a porta aos comerciantes ou seus empregados. Local de trabalho, a sala onde mora a família até pode se converter em local dos conflitos de trabalho. Assim, Jean Guéhenno guardou uma dramática lembrança de infância. Seus pais moravam em Fougères e faziam sapatos em casa, com formas recortadas que iam buscar às dúzias na casa dos fabricantes. Durante uma greve do setor de calçados, no começo do século, seu pai, já no fim de seus recursos, acabou cedendo e foi buscar formas para coser. Os grevistas ficaram sabendo e irromperam na casa dos Guéhenno, para repreender o fura-greve.⁴ Assim, os conflitos mais públicos podem ter como palco um local privado. De certo modo a pessoa, quando trabalha em casa, já não tem sua própria casa.

O trabalho domiciliar se retraiu não apenas por razões econômicas, embora estas tenham sido incontestavelmente determinantes. O desejo de ganhar mais e com maior regularidade é, de fato, acompanhado pelo desejo de reduzir o tempo dedicado ao trabalho: quando a pessoa trabalha numa fábrica, ela sabe o momento em que o trabalho vai parar. O tempo que escapa ao patrão, e cuja importância aumenta ao longo do século, pertence à pessoa, que pode dispor inteiramente dele. Trabalhar fora de casa é também estar plenamente em casa na hora em que se

está em casa. Nesse sentido, a retração do trabalho domiciliar responde à reivindicação de uma vida privada.

Isso não significa, porém, que o trabalho em domicílio tenha desaparecido de todo. No recenseamento de 1936, contam-se ainda 351 mil operários que trabalham em casa. Com efeito, há outros fatores que contribuem para renovar esse grupo. Durante a crise dos anos 1930, por exemplo, devido a uma política que tendia a limitar o acesso dos estrangeiros ao mercado de trabalho, um imigrante tinha mais facilidade em encontrar serviço por encomenda do que um emprego assalariado. Como isso também coincidia com o interesse dos fabricantes em reduzir os custos e com as tradições e o modo de vida de inúmeros imigrantes da Polônia ou da Europa Central, ocorreu então um aumento no número de trabalhadores em domicílio na indústria parisiense de couro e peles. O grupo Manouchian iria encontrar bons recrutas entre esses individualistas, amiúde judeus.

O trabalho domiciliar hoje [1985] aparece como um fenômeno marginal e residual. De fato, ele é incompatível com a organização atual da vida privada, que reserva a ela o espaço doméstico e o tempo “livre” conquistado sobre o trabalho. Como alguém, hoje em dia, aceitaria trabalhar em casa para terceiros, quando as pessoas já nem aceitam trabalhar por conta própria?

Os trabalhadores independentes

Sendo, de fato, mais numerosos do que os operários em domicílio, os trabalhadores independentes também sofrem uma retração, porém mais tardia. No começo do século XX, constituíam, sozinhos, mais da metade da população: 58% de agricultores, aos quais se somavam os artesãos e os comerciantes, sem contar os profissionais liberais. Em 1954, o recenseamento já registrava apenas um terço de não-assalariados. Em 1982, eles compõem somente 16,7% dos ativos: o trabalho independente também acabou por sofrer uma retração maciça diante do trabalho assalariado.

Esses números traduzem grosseiramente uma mutação social de primeira importância, que confere à família uma significação

radicalmente nova. Entre os camponeses, os comerciantes e os artesãos, a família é uma unidade de produção autônoma, uma célula econômica. A família inteira, portanto, é mobilizada pela lavoura ou pelo comércio. Todos os seus membros, em diversos graus e sob diferentes formas, levando em conta a idade, a força, as capacidades, participam da produção: no campo, os meninos e os velhos levam “as vacas para pastar”, o garoto de catorze anos faz os serviços rurais avulsos, a mulher reina no estábulo, na horta e no galinheiro... e nunca sobram braços na hora de guardar o feno ou colher a safra, principalmente quando ameaça uma tempestade. Entre os comerciantes e artesãos, a mulher geralmente cuida da contabilidade, e os filhos, ao voltar da escola, ajudam na loja ou fazem serviços de rua. Toda a família ajuda a tocar o sítio ou a loja.

Essa participação integral da família numa mesma atividade econômica acarreta um relativo emaranhamento entre a vida privada e o trabalho produtivo. Emaranhado evidente no plano financeiro: a caixa é uma só, e o filho do merceiro pega na gaveta do balcão o dinheiro para passar o domingo. Os dois orçamentos se misturam: o dinheiro que a camponesa gasta para comprar café, chocolate ou um lenço é um dinheiro que pode vir a faltar na hora de pagar o arrendamento ou de comprar gado. A contenção das despesas privadas é, portanto, o principal meio — e muitas vezes o único — de equilibrar as contas do sítio ou de juntar o capital produtivo. O sucesso do empreendimento se constrói sobre o arrocho das despesas domésticas.

É verdade que, em contrapartida, o negócio é privado: o êxito do grupo familiar se inscreve claramente no espaço coletivo, e o lugar da família nas hierarquias locais se expressa pela extensão de suas terras, pelo volume de gado em parceria, pelo número de trabalhadores contratados ou pela fachada recém-pintada da loja. Por ser de ordem econômica, o êxito privado também é público. Mas, por isso mesmo, o capital produtivo (ponto comercial, terras, gado em parceria etc.) constitui um patrimônio transmissível que é partilhado entre os herdeiros, por vezes contrariando qualquer lógica econômica. Quando o empreendimento familiar cresce e passa a empregar assalariados, manifesta-se a contradição entre seu

caráter privado e sua função econômica, pública por definição: os assalariados ficam sujeitos a perder o emprego na esteira de acontecimentos puramente privados, como a morte do empresário.

Unido pela necessidade de sua função econômica, esse tipo de família desempenha um papel determinante tanto na educação dos jovens quanto no atendimento dos velhos. Seja na herdade, na oficina ou na loja, o filho aprende o ofício com os pais ou amigos dos pais, e a própria aprendizagem é concebida como uma relação familiar, de ordem privada. No outro extremo da vida, os velhos incapazes de se sustentar encontram abrigo na casa de um dos filhos. Não que a família seja aquela família patriarcal descrita por uma mitologia complacente:⁵ na maioria das regiões da França, à exceção do Sudoeste, o lar camponês se reduz ao casal e filhos, àquilo que os sociólogos chamam de família nuclear; o casal de avós fica morando não muito longe, num arrendamento menor, mas mantendo sua própria casa pelo tempo que for possível; quando já não dá mais, principalmente quando a avó morre antes do marido, o velho vai morar com os filhos. Assim, além da função econômica, a família desempenha uma função educativa e uma função assistencial.

A retração das empresas familiares

Podemos ver como o desenvolvimento do trabalho assalariado retira a função econômica da família e como a emigração do trabalho, saindo da esfera doméstica, vem acompanhada por uma socialização crescente da função educativa e da função assistencial. A escolarização dos aprendizados profissionais e a previdência social substituem a família. Mas as causas dessa evolução são menos simples do que suas consequências.

As razões econômicas são, sem dúvida, determinantes tanto para o trabalho independente quanto para o trabalho domiciliar. Os pequenos sítios ou as pequenas lojas de comércio não conseguem garantir a oferta dos produtos agrícolas ou de mercadorias de largo consumo a preços competitivos. O protecionismo e o atraso da economia francesa contiveram por muito tempo a retra-

ção dessas empresas familiares. Por outro lado, desde a Segunda Guerra Mundial, ela foi acelerada pelo esforço de modernização e, apesar dos sobressaltos dos camponeses ou lojistas lutando pela sobrevivência e reivindicando a preservação de diversas vantagens (preços mínimos, redução de impostos), com manifestações espetaculares organizadas, por exemplo, pela FNSEA (Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles), pelo movimento Poujade (1953-1956) ou pelo CIDUNATI (Confédération Intersyndicale de Défense et d'Union Nationale d'Action des Travailleurs Indépendants), de Gérard Nicoud, o mercado impõe sua lei inexorável, parcamente atenuada em um ou em outro aspecto por medidas sociais ou por leis como a de 1973, que reduzia as implantações de grandes superfícies.

A evolução social também é importante. A retração das empresas familiares está ligada ao desenvolvimento dos benefícios sociais obtidos pelos assalariados. O fato já é visível na agricultura, onde o filho que, hoje, trabalha com seu pai é muitas vezes registrado como trabalhador rural. Esse aspecto é muito importante no comércio e no artesanato. A diminuição do número de patrões na indústria e no comércio, que em 1982 não representam mais do que 7,8% dos ativos contra 12% em 1954, 10,6% em 1962 e 9,6% em 1968, é muito mais acentuada do que a das próprias empresas comerciais ou artesanais. Aqui convergem dois fenômenos: de um lado, uma lenta erosão do pequeno comércio e do artesanato, que faz com que o número de empresas que anualmente fecham suas portas seja maior do que as novas empresas que surgem. De outro lado, uma mudança no estatuto jurídico: o dono de uma pequena empresa a transforma em sociedade limitada, e até em sociedade anônima, tornando-se seu gerente assalariado. Assim, ele consta dos recenseamentos como funcionário, e não mais como proprietário.

Dissociação entre a empresa e a família

Não se trata apenas de uma questão terminológica. A mudança no estatuto jurídico traduz de fato a dissociação entre a